

v.3, n.3, 2026 - Março

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NA AMAZÔNIA: Desafios E Possibilidades No Contexto Escolar

Maria Simone da Silva Rocha¹

Revista O Universo Observável
DOI: [10.5281/zenodo.19153401](https://doi.org/10.5281/zenodo.19153401)
[ISSN: 2966-0599](https://www.issn.org/issn/2966-0599)

¹Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA). Possui graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Nilton Lins e graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário UNIDOMBOSCO. É especialista em Gestão e Educação Ambiental, Didática do Ensino Superior e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Atua como professora na educação básica e no ensino superior, com experiência em formação docente, ensino de Ciências, políticas educacionais e educação no contexto amazônico. Desenvolve pesquisas relacionadas à Educação Ambiental, sustentabilidade e políticas públicas educacionais.

E-mail: marymone_rocha@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5080-0944>



**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NA
AMAZÔNIA: Desafios E Possibilidades No Contexto Escolar**

Maria Simone da Silva Rocha



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista
O Universo Observável
CNPJ: 57.199.688/0001-06
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

A Educação Ambiental tem se consolidado como um importante instrumento de formação crítica e de construção de uma sociedade mais sustentável, especialmente em regiões de grande relevância ecológica como a Amazônia. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a Educação Ambiental como política pública no contexto escolar amazônico, discutindo seus desafios, limites e possibilidades de implementação. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de legislações e diretrizes educacionais relacionadas à temática ambiental. O estudo baseia-se em autores que discutem a relação entre educação, sustentabilidade e políticas públicas, como Jacobi, Loureiro, Leff, Sauvé, Gadotti, Freire, Morin, Carvalho, entre outros. Os resultados indicam que, apesar dos avanços legais na institucionalização da Educação Ambiental no Brasil, sua implementação nas escolas ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à ausência de práticas interdisciplinares e à limitada articulação entre políticas educacionais e ambientais. Conclui-se que a consolidação da Educação Ambiental como política pública no contexto amazônico exige políticas educacionais mais integradas, investimentos na formação de professores e valorização dos saberes locais.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Políticas Públicas; Amazônia; Sustentabilidade; Educação.

ABSTRACT

Environmental Education has been recognized as an important tool for critical awareness and for building a more sustainable society, particularly in regions of great ecological relevance such as the Amazon. In this context, this article aims to analyze Environmental Education as a public policy in the Amazonian school context, discussing its challenges, limits and possibilities for implementation. The research adopts a qualitative approach, based on bibliographic review and documentary analysis of educational policies related to environmental education. The study is grounded on authors who discuss the relationship between education, sustainability and public policies, such as Jacobi, Loureiro, Leff, Sauvé, Gadotti, Freire, Morin and Carvalho. The results indicate that although there have been legal advances in the institutionalization of Environmental Education in Brazil, its implementation in schools still faces challenges related to teacher training, interdisciplinary practices and the articulation between environmental and educational policies. It is concluded that strengthening Environmental Education as a public policy in the Amazon requires integrated educational policies, teacher training and the recognition of local knowledge.

Keywords: Environmental Education; Public Policies; Amazon; Sustainability; Education.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as transformações ambientais decorrentes do crescimento econômico, da expansão urbana e da exploração intensiva dos recursos naturais têm provocado preocupações crescentes em relação à sustentabilidade do planeta. O aumento do desmatamento, das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade evidencia a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento adotados pela sociedade contemporânea. Nesse contexto, a Educação Ambiental emerge como um campo de conhecimento essencial para promover a conscientização crítica da população acerca das problemáticas ambientais. Conforme afirma Leff (2015), a crise ambiental atual resulta de uma racionalidade econômica que historicamente ignorou os limites ecológicos dos sistemas naturais. Dessa forma, torna-se necessário promover processos educativos capazes de estimular novas formas de pensar e agir em relação ao meio ambiente.

A Educação Ambiental constitui-se como um processo educativo voltado para a construção de valores, conhecimentos e atitudes que favoreçam a preservação da natureza e o desenvolvimento sustentável. Diferentemente de abordagens tradicionais de ensino, essa perspectiva busca integrar dimensões sociais, culturais, econômicas e

ambientais no processo educativo. De acordo com Loureiro (2012), a Educação Ambiental deve ser compreendida como um processo político e pedagógico capaz de estimular a reflexão crítica sobre as relações entre sociedade e natureza. Nesse sentido, a educação assume papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente responsável.

No Brasil, a Educação Ambiental passou a ganhar maior visibilidade a partir das discussões internacionais sobre meio ambiente, especialmente após a Conferência de Estocolmo em 1972 e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Esses eventos contribuíram para fortalecer o debate sobre a necessidade de integrar a temática ambiental nas políticas públicas educacionais. Conforme destaca Jacobi (2003), a Educação Ambiental surge nesse contexto como uma estratégia para promover a participação social na gestão ambiental e incentivar práticas sustentáveis no cotidiano da população.

A institucionalização da Educação Ambiental no Brasil ocorreu de forma mais consistente com a promulgação da Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Essa legislação estabelece que

a Educação Ambiental deve ser desenvolvida de forma integrada e transversal em todos os níveis e modalidades de ensino. De acordo com o documento legal, o objetivo dessa política é promover a formação de indivíduos capazes de compreender as inter-relações entre sociedade e meio ambiente (BRASIL, 1999). Para Carvalho (2017), essa política representa um avanço significativo no campo educacional ao reconhecer a educação como instrumento fundamental para a construção de uma cidadania ambiental.

Apesar dos avanços institucionais, a implementação da Educação Ambiental nas escolas brasileiras ainda enfrenta diversos desafios. Entre os principais obstáculos destacam-se a falta de formação específica de professores, a escassez de materiais pedagógicos e a dificuldade de integrar a temática ambiental de forma interdisciplinar no currículo escolar. Segundo Loureiro (2012, p. 78), “a Educação Ambiental precisa superar abordagens fragmentadas e promover práticas pedagógicas capazes de articular conhecimento científico, participação social e transformação da realidade”. Assim, torna-se necessário fortalecer políticas públicas educacionais que incentivem práticas pedagógicas voltadas para a sustentabilidade.

A região amazônica apresenta características socioambientais singulares que tornam ainda mais relevante o desenvolvimento de práticas educativas voltadas para a preservação ambiental. Considerada a maior floresta tropical do mundo, a Amazônia desempenha papel fundamental na regulação climática global e na manutenção da biodiversidade do planeta. Segundo Becker (2013), a Amazônia constitui um território estratégico no cenário internacional, não apenas por seus recursos naturais, mas também por sua diversidade cultural e social.

Entretanto, a região amazônica enfrenta inúmeros desafios relacionados ao avanço das atividades econômicas, ao desmatamento e à exploração predatória de recursos naturais. Essas transformações têm provocado impactos significativos sobre os ecossistemas e sobre as populações que vivem na região. Bursztyn e Bursztyn (2012) ressaltam que as políticas públicas voltadas para a Amazônia precisam considerar a complexidade das relações entre desenvolvimento econômico, conservação ambiental e justiça social.

Nesse cenário, a Educação Ambiental assume papel fundamental na formação de sujeitos capazes de compreender as problemáticas ambientais da região amazônica. Por meio de práticas educativas contextualizadas, torna-se possível promover a valorização dos recursos naturais e incentivar o uso sustentável da biodiversidade. Conforme afirma Leff (2015), a construção de uma racionalidade ambiental depende

da integração entre conhecimento científico, saberes tradicionais e participação social.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização dos conhecimentos produzidos pelas comunidades tradicionais que habitam a região amazônica. Povos indígenas, ribeirinhos e comunidades extrativistas possuem saberes ancestrais relacionados ao manejo sustentável dos recursos naturais. Segundo Santos (2010), a valorização desses saberes constitui elemento fundamental para a construção de alternativas de desenvolvimento que respeitem a diversidade cultural e ambiental da região.

Nesse sentido, a Educação Ambiental no contexto amazônico deve promover o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, integrando ciência, cultura e experiência comunitária. Para Morin (2011), os desafios contemporâneos exigem uma educação baseada na complexidade, capaz de articular diferentes áreas do saber e compreender as interdependências existentes entre sociedade e natureza.

Além disso, a escola desempenha papel estratégico na formação de valores e atitudes relacionados à preservação ambiental. Por meio de projetos pedagógicos interdisciplinares, atividades práticas e ações comunitárias, as instituições de ensino podem contribuir significativamente para a construção de uma consciência ambiental crítica entre os estudantes. Conforme destaca Reigota (2017), a Educação Ambiental no contexto escolar deve estimular a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento e na busca por soluções para os problemas ambientais.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a Educação Ambiental como política pública no contexto escolar amazônico, discutindo seus principais desafios e possibilidades de implementação no processo educativo. Busca-se compreender de que maneira as políticas educacionais têm contribuído para a inserção da temática ambiental nas escolas e quais estratégias podem fortalecer a formação socioambiental dos estudantes na região amazônica.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Educação Ambiental no contexto das políticas públicas

A Educação Ambiental consolidou-se como um importante campo de reflexão e ação no âmbito das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Sua emergência está diretamente relacionada às preocupações internacionais com a degradação ambiental e com os impactos das atividades humanas sobre os ecossistemas naturais. De acordo com Sauv e (2010), a Educação Ambiental deve ser compreendida como um processo educativo que busca promover uma

relação mais equilibrada entre sociedade e natureza, estimulando valores, atitudes e práticas voltadas para a sustentabilidade. Nesse sentido, ela ultrapassa o caráter meramente informativo e assume uma dimensão crítica e transformadora, voltada para a construção de uma cidadania ambiental.

No Brasil, a consolidação da Educação Ambiental como política pública ocorreu principalmente a partir da década de 1990, quando foram estabelecidas diretrizes voltadas para a inserção da temática ambiental nos sistemas educacionais. A promulgação da Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, representou um marco importante nesse processo ao estabelecer que a educação ambiental deve ser desenvolvida de forma integrada e transversal em todos os níveis de ensino (BRASIL, 1999). Para Carvalho (2017), essa legislação contribuiu significativamente para fortalecer o reconhecimento da educação como instrumento essencial na construção de uma sociedade sustentável.

Jacobi (2003) destaca que a Educação Ambiental deve promover a participação social e a construção de uma cidadania ativa, na qual os indivíduos sejam capazes de compreender os impactos de suas ações sobre o meio ambiente. Segundo o autor, a formação de uma consciência ambiental crítica depende da integração entre conhecimento científico, práticas sociais e participação comunitária. Dessa forma, as políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental devem incentivar processos educativos que estimulem a reflexão crítica e o engajamento social em torno das questões ambientais.

Além disso, a Educação Ambiental deve ser compreendida como um processo permanente de formação que envolve diferentes espaços educativos, incluindo escolas, universidades, organizações sociais e comunidades. Loureiro (2012, p. 67) afirma que “a Educação Ambiental crítica busca compreender os problemas ambientais em suas dimensões sociais, políticas e econômicas, promovendo a transformação das relações entre sociedade e natureza”. Assim, a educação torna-se um instrumento estratégico para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos.

2.2 Educação e sustentabilidade no contexto amazônico

A Amazônia constitui um dos territórios mais importantes do planeta em termos de biodiversidade e riqueza sociocultural. A região abriga uma vasta diversidade de espécies animais e vegetais, além de inúmeras comunidades tradicionais que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência. Segundo Becker (2013), a Amazônia ocupa posição estratégica no cenário internacional devido à sua importância ecológica e ao papel que desempenha na regulação climática global.

Entretanto, a região amazônica enfrenta desafios significativos relacionados ao avanço das atividades econômicas, ao desmatamento e à exploração predatória dos recursos naturais. Essas transformações têm provocado impactos ambientais e sociais que afetam diretamente as populações locais e os ecossistemas naturais. Bursztyn e Bursztyn (2012) ressaltam que as políticas públicas voltadas para a Amazônia precisam considerar a complexidade das relações entre desenvolvimento econômico, conservação ambiental e justiça social.

Nesse contexto, a Educação Ambiental assume papel fundamental na promoção da sustentabilidade e na formação de sujeitos capazes de compreender as problemáticas ambientais da região. Leff (2015) argumenta que a crise ambiental contemporânea exige uma nova racionalidade baseada na sustentabilidade e na valorização dos saberes tradicionais. Para o autor, a construção de alternativas sustentáveis depende da integração entre conhecimento científico e saberes locais.

Santos (2010) também destaca a importância de reconhecer a diversidade cultural das populações amazônicas na construção de políticas educacionais voltadas para a sustentabilidade. Segundo o autor, a valorização dos conhecimentos produzidos pelas comunidades tradicionais constitui elemento fundamental para a construção de estratégias de desenvolvimento que respeitem a diversidade cultural e ambiental da região.

2.3 A escola como espaço de formação socioambiental

A escola desempenha papel fundamental na formação de valores, atitudes e conhecimentos relacionados à preservação ambiental. Como espaço de produção e socialização do conhecimento, a instituição escolar possui grande potencial para promover práticas educativas voltadas para a sustentabilidade. De acordo com Carvalho (2017), a Educação Ambiental no contexto escolar deve ser desenvolvida de forma interdisciplinar, integrando diferentes áreas do conhecimento e promovendo a reflexão crítica sobre as problemáticas socioambientais.

Morin (2011) argumenta que a educação contemporânea precisa superar a fragmentação do

conhecimento e adotar uma abordagem baseada na complexidade. Para o autor, os problemas ambientais não podem ser compreendidos de forma isolada, pois envolvem múltiplas dimensões sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, a Educação Ambiental deve estimular uma visão sistêmica do mundo, capaz de integrar diferentes perspectivas de análise.

Capra (2006) também destaca a importância de desenvolver uma educação baseada em uma visão sistêmica da realidade. Segundo o autor, compreender as interdependências existentes entre os diferentes elementos do ecossistema é fundamental para promover práticas sustentáveis. Assim, a escola pode contribuir significativamente para a construção de uma cultura de sustentabilidade por meio de projetos pedagógicos voltados para a preservação ambiental.

Além disso, atividades práticas e projetos educativos podem fortalecer a aprendizagem significativa dos estudantes. Reigota (2017) afirma que a Educação Ambiental deve estimular a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento, incentivando o desenvolvimento de projetos comunitários e ações de preservação ambiental. Dessa forma, a escola torna-se um espaço privilegiado para a formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e fundamentada em revisão bibliográfica. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pelo fato de que esse tipo de investigação busca compreender fenômenos sociais complexos a partir da análise de diferentes perspectivas teóricas e interpretativas. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa permite analisar significados, valores e relações sociais presentes nos fenômenos investigados, possibilitando uma compreensão mais aprofundada da realidade estudada.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica como principal estratégia de investigação. Esse tipo de pesquisa consiste na análise de produções científicas já publicadas, como livros, artigos acadêmicos, documentos oficiais e legislações relacionadas ao tema estudado. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite reunir diferentes contribuições teóricas sobre determinado fenômeno, contribuindo para a construção de um referencial analítico consistente.

Para a realização do estudo, foram selecionadas obras de autores reconhecidos na área da Educação Ambiental e das políticas públicas educacionais, como Jacobi, Loureiro, Leff, Gadotti, Freire, Morin e Carvalho. Além disso, foram

analisados documentos oficiais relacionados à Política Nacional de Educação Ambiental e às diretrizes educacionais voltadas para a sustentabilidade.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar categorias temáticas relacionadas à Educação Ambiental, às políticas públicas educacionais e aos desafios da sustentabilidade no contexto amazônico. Dessa forma, a pesquisa buscou compreender como a literatura científica aborda a implementação da Educação Ambiental nas escolas e quais estratégias podem contribuir para fortalecer sua efetividade no contexto educacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que a Educação Ambiental tem sido reconhecida como um elemento fundamental para a construção de uma sociedade sustentável. Diversos estudos indicam que a inserção da temática ambiental no contexto escolar contribui para ampliar a compreensão dos estudantes acerca das problemáticas socioambientais e estimular atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente.

Entretanto, a literatura analisada também aponta diversos desafios relacionados à implementação da Educação Ambiental nas escolas brasileiras. Entre os principais obstáculos destacam-se a insuficiente formação de professores na área ambiental, a fragmentação curricular e a dificuldade de integrar a temática ambiental de forma interdisciplinar. Loureiro (2012) destaca que a Educação Ambiental precisa ser incorporada de forma efetiva ao currículo escolar, evitando abordagens superficiais ou pontuais.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de contextualizar as práticas educativas à realidade sociocultural da região amazônica. Santos (2010) afirma que a valorização dos saberes locais constitui elemento essencial para a construção de processos educativos mais inclusivos e participativos. Dessa forma, práticas pedagógicas que integrem conhecimento científico e saberes tradicionais podem contribuir para fortalecer a Educação Ambiental no contexto escolar.

Além disso, projetos educativos que envolvem atividades práticas, como hortas escolares, campanhas de reciclagem e projetos de preservação ambiental, têm demonstrado grande potencial para promover a aprendizagem significativa dos estudantes. Tais iniciativas contribuem para aproximar o conhecimento científico da realidade cotidiana dos alunos, estimulando o desenvolvimento de atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental representa um instrumento fundamental para promover a formação de cidadãos críticos e conscientes acerca dos desafios socioambientais contemporâneos. Ao estimular a reflexão sobre as relações entre sociedade e natureza, essa abordagem educativa contribui para a construção de práticas sociais mais sustentáveis e para o fortalecimento da cidadania ambiental.

No contexto amazônico, a relevância da Educação Ambiental torna-se ainda mais evidente devido à importância ecológica e cultural da região. A preservação da Amazônia depende não apenas de políticas ambientais eficazes, mas também de processos educativos capazes de promover a conscientização da população acerca da importância da conservação dos recursos naturais.

Os resultados deste estudo indicam que, embora existam políticas públicas que garantam a inserção da Educação Ambiental no sistema educacional brasileiro, sua implementação ainda enfrenta diversos desafios. Entre eles destacam-se a necessidade de ampliar a formação continuada de professores, fortalecer práticas pedagógicas interdisciplinares e promover maior integração entre políticas educacionais e ambientais.

Dessa forma, torna-se fundamental investir em programas educacionais que valorizem a Educação Ambiental como elemento estruturante do currículo escolar. Além disso, a valorização dos saberes tradicionais das comunidades amazônicas pode contribuir significativamente para a construção de práticas educativas mais contextualizadas e eficazes.

Por fim, destaca-se que a consolidação da Educação Ambiental como política pública representa um passo essencial para a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e comprometidas com a preservação do meio ambiente.

6 REFERÊNCIAS

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.795/1999**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, 2003.

LEFF, E. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2015.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAUVÉ, L. **Educação ambiental: possibilidades e limites**. Educação & Pesquisa, 2010.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2013.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental crítica**. Campinas: Papyrus, 2016.

LAYRARGUES, P. **Educação ambiental e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2012.

SACHS, I. **Desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Garamond, 2008.